



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - DP

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TATIANA DE FARIAS RAMOS RIBEIRO

UM OLHAR SOBRE O AUTISMO: inclusão escolar, conceitos e discussões

CAMPINA GRANDE- PB

2018

TATIANA DE FARIAS RAMOS RIBEIRO

UM OLHAR SOBRE O AUTISMO: inclusão escolar, conceitos e discussões

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

CAMPINA GRANDE- PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R484u Ribeiro, Tatiana de Farias Ramos.
Um olhar sobre o autismo [manuscrito] : inclusão escolar, conceitos e discussões / Tatiana de Farias Ramos Ribeiro. - 2018.
33 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre , Departamento de Educação - CEDUC."
1. Inclusão social. 2. Educação especial. 3. Autismo. I.
Título

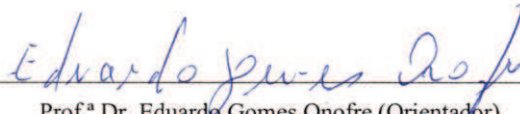
21. ed. CDD 371.9

TATIANA DE FARIAS RAMOS RIBEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 28 / 08 / 2018.

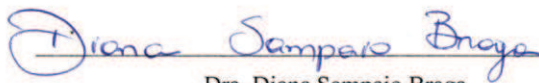
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Ricardo Manoel Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Dra. Diana Sampaio Braga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus por me sustentar e permitir que eu chegasse até aqui. Aos meus pais, pelos valores e princípios que me ensinaram. Ao meu esposo e filha pelo amor e apoio. As amigas que dedicaram seu precioso tempo para me ajudar, em especial Lígia.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minhas palavras de agradecimentos a Deus, que me deu a oportunidade de viver e acreditar que é possível ter um mundo melhor, e que para ser possível basta fazermos nossa parte, pode ser pouco, mas o importante é fazer e acreditar. Eu agradeço por toda a sabedoria.

Agradeço de coração ao Prof. Eduardo Gomes Onofre orientador do trabalho monográfico, eu dedico os mais sinceros agradecimentos, por ter me dado uma direção no tema para estudar e apresentar. Desde os primeiros minutos de nossas conversas soube que seríamos uma boa dupla. Agradeço por compartilhar dos conhecimentos com tanta dedicação e carinho. Obrigada pelas experiências maravilhosas que compartilhamos juntos. Agradeço por ter acreditado que esse trabalho poderia ser realizado em meio a tantas turbulências e dificuldades. Obrigada por acreditar em mim. Isso fez toda a diferença. Desejo todo o sucesso para sua vida no âmbito pessoal e profissional.

Agradeço aos meus pais Lúcia de Fátima e Francisco de Assis, que desde cedo dedicaram seu tempo valioso para minha educação. Foram vocês que me amaram e acreditaram que eu seria capaz de fazer o que eu quisesse. Palavras não dimensionam o meu amor por vocês! A vocês serei eternamente grata!

A minha irmã, Larissa Almeida, pessoa que amo muito, eu agradeço por todo o tempo que você consegue está presente no meu coração. Mesmo distante estamos conectadas por uma força inexplicável.

Ao meu esposo Alcir Francisco que sempre me apoiou e nunca mediu esforços para me ajudar, agradeço pelo simples e grandioso fato de existir. A minha filha Beatriz Ribeiro promessa de Deus na minha vida, a quem eu dedico minha vida, minha vontade de construir um mundo melhor para ela viver.

Aos meus colegas de curso, um agradecimento infinito. Foram muitos momentos maravilhosos que nos ligam por um a laço fraternal, até o fim de nossas vidas. Em especial as minhas colegas Merylane Cândido, Patrícia Nóbrega e Viviane Dantas eu agradeço por estarem do meu lado em cada dificuldade, em cada apresentação de trabalho, em cada conversa amiga, em cada gesto de amizade. Eu desejo a vocês toda sabedoria e que Deus abençoe o caminho de cada uma de vocês.

Não posso esquecer também da ajuda de outros amigos como Ianaldo que me apresentou uma pessoa muito especial Kalina Lígia que me ajudou a concretizar o sonho de ser uma pedagoga. Muito obrigada de coração, desejo a você todo sucesso do mundo. E da

minha amiga de infância Lidiane que não descansou enquanto não conseguiu me ajudar a concluir o Trabalho de Conclusão de Curso. E a minha amiga Magna pela amizade, apoio e incentivo. Sem o apoio e a compreensão de todos não conseguiria alcançar meu objetivo.

Aos colaboradores e incentivadores desse trabalho.

RESUMO

O tema que norteia esta pesquisa se refere ao autismo. O mesmo tem por objetivo principal abordar questões relativas à inclusão escolar de alunos com o Transtorno do Espectro Autista – TEA. A metodologia utilizada se caracteriza como descritiva com uma abordagem qualitativa, realizado por meio de uma revisão de literatura com a finalidade de descrever os principais aspectos do autismo e da inclusão escolar, tendo como suporte as várias teorias e teóricos (Eugênio Cunha -2015; Ulisses Costa – 2013; Silvia Ester Orrú – 2016; John Donvan & Caren Zucker – 2017 e outros autores) que tratam sobre a temática acima mencionada, reforçando também o papel da família, sociedade e ambiente escolar. Para a seleção da literatura que respondessem aos objetivos da presente pesquisa, realizou-se uma busca de artigos científicos que tratassem desse assunto nos últimos 10 anos no Scientific Electronic Library Online (SCIELO Brasil). Foram encontrados e selecionados inicialmente nesse site 7 artigos com base em títulos e resumos, quando relacionados aos objetivos da pesquisa, buscou-se o texto completo. Os artigos científicos revisados foram publicados entre 2009 e 2016, obtidos por meio de descritores, tais como: autismo, inclusão escolar. Encontramos os seguintes resultados: que a inclusão escolar de crianças com autismo, requer capacitação dos professores para melhor oferecer uma aprendizagem, logo, que a falta de conhecimento sobre o transtorno autista impede de reconhecer as verdadeiras necessidades dos alunos autistas. Concluímos que a criança com autismo tem possibilidade de ser incluído na educação com ensino regular o que favorece seu desenvolvimento e suas capacidades no contexto da interação social, visto que a mesma sociedade em que vivemos o autista também vive.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Interação social. Família. Sociedade. Escola.

ABSTRACT

The child with autism has the possibility of being included in education with regular education which favors its development and its capacities in the context of social interaction, since the same society in which we live the autistic also lives. The methodology used is characterized as descriptive with a qualitative approach, carried out through a literature review with the purpose of describing the main aspects of autism and school inclusion, supported by various theories and theorists (Eugênio Cunha -2015; Ulisses And other authors) that deal with the aforementioned theme, also reinforcing the role of the family, society and school environment. For the selection of the literature that responded to the objectives of the present research, a search of scientific articles that dealt with this subject in the last 10 years in the Scientific Electronic Library Online (SCIELO Brazil) was carried out. 7 articles were initially found and selected on this site based on titles and abstracts, when related to the research objectives, we searched for the full text. The revised scientific articles were published between 2009 and 2016, obtained through descriptors such as: autism, school inclusion. We find the following results: that the school inclusion of children with autism requires the training of teachers to better offer a learning, so that the lack of knowledge about autistic disorder prevents recognizing the true needs of autistic students. We conclude that the child with autism has the possibility of being included in education with regular education which favors its development and its capacities in the context of social interaction, since the same society in which we live the autistic also lives.

Keywords: Autism. Inclusion. Social interaction. Family. Society. School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AUTISMO	10
2.1 CONCEITO	10
2.2 CAUSAS	10
2.3 SINTOMAS.....	12
3 INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIEDADE	15
3.1 EDUCAÇÃO, AUTISMO E SUAS LEIS.....	15
4 TIPO DE ESTUDO	21
4.1 COLETA DE DADOS	21
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	21
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
5.1 ARTIGO A	22
5.2 ARTIGO B	23
5.3 ARTIGO C	24
5.4 ARTIGO D	25
5.5 ARTIGO E.....	26
5.6 ARTIGO F.....	27
5.7 ARTIGO G	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	33
ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO DO TEA.....	33

1 INTRODUÇÃO

É difícil encontrar uma definição de aprendizagem que abranja tudo que está relacionado e envolvido no processo de aprender. Assim, os seres humanos precisam de contínuas aprendizagens que começam a ocorrer por meio de um processo mental desde a gestação. O aprender é o caminho para atingir o crescimento, a maturidade e o desenvolvimento como pessoas num mundo organizado, pois é por meio das interações que organizamos o nosso conhecimento.

Partindo deste pressuposto, abordaremos o autismo de maneira muito peculiar do desenvolvimento humano, no qual a comunicação e a sociabilidade têm características bem distintas com relação às características de um desenvolvimento dito “normal” e que afeta cerca de quase 0,5% da população infantil. As pessoas com autismo apresentam dificuldades, principalmente, em cumprir as normas sociais que são cumpridas pela maioria das pessoas no cotidiano, dentre elas podemos citar: comportamento, fazer perguntas, esperar sua vez, permanecer sentada em algumas situações que exige este tipo de postura e outras.

Com isto, dificilmente compreendem as frases de duplo sentido, brincadeiras, linguagens subjetivas e principalmente as expressões faciais como: tristeza, ódio, alegria, raiva e etc. Além de apresentarem dificuldades para estabelecer relações de amizade ou amorosas.

Neste contexto, nossa pesquisa tem por objetivo abordar as questões relativas ao Autismo no tocante a síndrome, as interações sociais enfocando o papel da escola, com vista ao processo de inclusão, nas mais diferentes formas de aprendizagem. Com isto a preparação do professor para lidar com os alunos e o autismo dentro de sala de aula é de suma importância, pois este profissional é um dos principais responsáveis pela construção do conhecimento pedagógico no aluno, bem como, os valores sociais e suas normas.

Por fim, o mesmo abrange um levantamento bibliográfico baseado em várias teorias e autores que abordam a temática em questão, apresentado as dificuldades por todos os envolvidos no ensino e no processo de inclusão, socialização e aceitação da criança autista no meio escolar.

2 AUTISMO

2.1 CONCEITO

Diante de estudos e pesquisas que realizamos acerca do conceito de autismo podemos assim dizer que elas apresentam o autismo como sendo um transtorno e/ou distúrbio que causa atraso no desenvolvimento da criança, principalmente nas áreas de comunicação, socialização, imaginação, iniciativa e criatividade, que podem ser observadas desde cedo na criança e é marcado pela presença de um repertório restrito de atividades e interesses, como também movimentos estereotipados. Além disso, é considerado ocorrer com maior incidência de casos com meninos, não implicando em dizer que não aconteçam casos de diagnósticos em meninas.

Como também podemos considerar relevante a definição segundo a Associação de Amigos dos Autistas (AMA) que considera o autismo como sendo um transtorno de desenvolvimento e não pode ser definido como uma forma de retardo mental, embora muitos casos apresentem o funcionamento intelecto abaixo da média, onde geralmente elas são mais reservadas e não falam. Mas quando proporcionado a estas crianças um ambiente com outras crianças com a mesma faixa etária possibilita estímulo as suas capacidades interativas e dessa forma ela não irá se isolar tanto, mas é um processo que requer respeito às singularidades de cada criança.

Podemos assim dizer que autismo é um termo classificado como clássico e Transtorno do Espectro Autista (TEA) classificado como atual. (ANEXO A).

2.2 CAUSAS

Ao longo de muitos anos, desde a década de 40, se busca conhecer cada vez mais sobre o autismo e o que temos atualmente pode-se dizer que é fruto de pesquisas realizadas e interesse de grupos e organizações como também de pais de crianças autistas que procuram dar uma qualidade de vida melhor para seus filhos, pois ainda existem muitas faces e por este motivo dificulta um diagnóstico mais preciso, ocasionando muitas dúvidas e gerando em nossa sociedade certo temor, como se fosse uma doença contagiosa. Então, além dos pais terem que conviver com a situação de ter um filho autista, tem que se preocupar com os preconceitos que existem pela falta de conhecimento das pessoas, como também lutar na justiça para que as leis sejam cumpridas e assegurem uma educação de qualidade na escola regular de ensino.

Acredita-se que o autismo não causa outras doenças, mas outras doenças e situações de estresse ou mudanças podem favorecer seu desencadeamento. No caso os fatores externos que causam autismo são as doenças infecciosas na gravidez, tais como: rubéola, sífilis, toxoplasmose e as doenças infecciosas do cérebro como: meningite, lesões traumáticas como também o uso de drogas pelos pais e doenças genéticas. Mas nada é comprovado cientificamente, apenas se sabe que vem tendo uma grande incidência de casos e que segundo Mello (2007) Forbonne nos apresenta a prevalência do autismo é de cada 150 casos 1 dessas crianças nasce com autismo.

Neste sentido, o autismo de cunho “leve” é simplesmente diagnosticado através de pequenas observações no tocante ao comportamento do indivíduo, como podemos destacar o pouco contato com as pessoas, situações simples do cotidiano encontrado em um olhar, não aceitação de certas regras básicas de convivência, não entender diálogos, o chamado do seu nome, dentre outras situações que a princípio a própria família tenta prolongar as situações acreditando ser uma fase normal na qual o indivíduo passa no momento, sendo estas características de um ser com autismo, embora não apresente dificuldades psicomotoras como ocorre nos casos mais delicados de acordo com os níveis deste distúrbio.

Para tanto, se faz necessário um olhar mais especial dos pais, pois caso a criança apresente tais sintomas o quanto mais precoce deve-se levar a especialistas (fonoaudiólogo, psicólogo, neuropediatra) para que este observe e verifique se realmente é um caso de autismo e possa realizar um tratamento para ter dessa forma uma resposta mais satisfatória e tenha possibilidades de ter uma vida relativamente normal.

Entretanto, o Transtorno do Espectro do Autismo de Alta Funcionalidade (HFA), muitas vezes é confundido com a Síndrome de Asperger, pelo fato da grande semelhança entre os sintomas encontrados em ambos. Embora não seja diagnosticada até a criança iniciar sua vida escolar o que diverge do autismo. A Síndrome de Asperger apresenta um desenvolvimento de uma linguagem típica, e em muitos casos um vocabulário aparentemente superior e formal e que muitas vezes pode ser confundido com o diagnóstico inicial de uma criança que apresente hiperatividade (TDAH), mas que quando investigado a fundo percebe-se que na verdade o indivíduo tem dificuldade de interagir com o outro, ou seja, socializar.

Por outro lado, é importante ressaltarmos que mesmo apresentando habilidade intelectual, o indivíduo tem dificuldade em compreender as ações de outras pessoas, compulsão por determinadas situações ou circunstâncias, em interagir no ambiente social e outras características que já mencionamos anteriormente.

Entendemos que o indivíduo autista se diferencia das demais limitações de portadores de outras síndromes, pois eles vivem e entendem seu mundo particular e percebendo isso não podemos generalizar como sendo indivíduos que não possuem nenhum tipo de inteligência, visto que existem vários níveis de autismo e o tocante a cognição, temos Q.I. baixo, médio e alto.

Acreditamos que, o fator mais marcante que afeta o indivíduo com autista é mostrar para o mundo sua forma de interpretar “esse mundo”. Sabendo disso, cabe a sociedade e até mesmo ao âmbito escolar desmistificar rótulos do tipo que consideram essas crianças com sendo retardados, sem condição alguma de socialização, como também de crianças mal-educadas que não falam com ninguém e crianças mimadas que fazem o que querem e como querem.

2.3 SINTOMAS

Diante do que vemos discutindo podemos observar que de modo geral um autista apresenta como características:

- ✓ Comportamento agressivo;
- ✓ Contato visual mínimo com outras pessoas;
- ✓ Irritabilidade;
- ✓ Repetição de palavras sem sentido;
- ✓ Imitação involuntária de movimentos;
- ✓ Hiperatividade;
- ✓ Dificuldade de aprendizagem;
- ✓ Atraso na capacidade de falar;
- ✓ Falta de atenção;
- ✓ Interesse intenso em coisas específicas;
- ✓ Depressão;
- ✓ Ansiedade;
- ✓ Andar nas pontas dos pés;
- ✓ Tique e manias nervosas e outros.

Por conseguinte, os sintomas variam de acordo com o grau de autismo, ou seja, não necessariamente o indivíduo com tal síndrome venha apresentar as características acima citadas, como também quem venha a apresentar essas características seja um autista. Desse modo, frisamos a importância de um acompanhamento específico.

Assim como fora dito anteriormente o autismo não existe cura, mais tratamento e para que este individuo tenha uma vida deverá ser acompanhado por um fonoaudiólogo que o ajudará a amenizar os sintomas da síndrome viabilizando melhoramentos na linguagem verbal e não-verbal, ou seja, ajudará a ele a se relacionar e se comunicar com o mundo e com as pessoas a sua volta.

Outro fator que é importante ressaltar é a presença da terapia ocupacional ou comportamental que ajuda de maneira significativa nos estímulos aferentes ao cérebro, os quais são as traduções do mundo físico para a mente. No entanto, não existem medicamentos específicos para tratar o paciente autista, visto que, cada indivíduo é tratado de acordo com a gravidade (nível) da síndrome. Com isto, o acompanhamento psicológico ainda é uma das melhores formas de tratamento.

Estudos recentes demonstram que em cada 1000 pessoas cerca de 1-2 sofrem com esta síndrome, e a taxa só aumenta. Vale salientar que o autismo é maior em crianças do sexo masculino (isso no nível de mundo). Pois no Brasil não temos dados precisos e o único estudo feito foi no ano de 2011 especificamente na cidade de São Paulo, resultando 1 caso apenas na escola de 367 crianças em diagnóstico.

Em outras palavras podemos dizer que a partir do diagnóstico infundido, do estigma e do rótulo impregnado na criança, aquelas características nos critérios de diagnósticos que até então eram absortas, separadas do individuo, passam então a tornar a vida e a se concretizar neste individuo.

Neste contexto, o ser humano é por si só complexo singular e no que se trata do desenvolvimento, todas as coisas são pertinentes. Logo na é possível dizer com certeza de que certa habilidade é mais importante do que outra e que a falta de algumas delas compromete o individuo como um todo.

Segundo Donnellan, se conhece bem o organismo, bem como o desenvolvimento a partir de todas as habilidades que se manifestam à medida que o contexto solicita e fornece os meios apropriados. Sendo assim, tudo que é conhecido se faz conhecido em certo tipo de contexto, seja emocional, físico ou qualquer outro.

Em outro contexto, quando os familiares são abordados para receberem laudo com o diagnóstico de seu filho cujo quadro é a observação comportamental dito como autista, de modo geral recebem a notícia e demonstram surpresa e até em algumas situações não aceitam e buscam outras justificavas para aquele comportamento. Pois de certo modo a sociedade enraíza um modo crítico de analisar o quadro sintomático do autismo e acaba não percebendo

que este indivíduo embora apresente alguma limitação ele tem identidade e precisa ser respeitado e não tratado de maneira preconceituosa.

Para tanto, o autismo não deve ser visto como um retardo mental, pois apenas uma porcentagem pode apresentar retardo mental como característica associada. Sendo assim, é de suma importância que busquemos conhecimento para não confundir o retardo mental com autismo.

Diante de tal confusão que ocorre se faz necessário fazermos uma distinção, pois o autismo não é uma deficiência, entretanto é chamado de deficiência o desenvolvimento por começar antes dos três anos de idade e por causar atrasos ou problemas nas diferentes formas que a pessoa se desenvolve ao crescer.

Por isso, a intervenção precoce é fundamental para impulsionar ao máximo as capacidades de desenvolvimento pessoal e social da criança e dar orientação adequada aos seus familiares e educadores.

Embora a definição da síndrome autista esteja voltada para as crianças, o autismo não desaparece quando elas crescem. Há um grande número de textos infantis que abordam esta temática, o que suscita muitas perguntas, e conseqüentemente, são feitas e publicadas mais pesquisas sobre o assunto, ajudando cada vez mais estudiosos, educadores e pais que lidam com estas crianças.

Ademais, como o autismo começa a se manifestar antes dos três anos de idade, é dada maior atenção ao autismo na infância. Porém, a criança precisará de todo um aparato, pois será um adolescente e um adulto com características autistas por toda a sua vida. Mas não podemos esquecer-nos de destacar que existe crianças que são tratadas desde o início, fazendo com que o diagnóstico de autismo seja dado em idades posteriores à infância-adolescência, adolescência.

3 INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIEDADE

3.1 EDUCAÇÃO, AUTISMO E SUAS LEIS

Como vimos no capítulo anterior, não é tarefa fácil identificar uma criança ou indivíduo com a síndrome. Até porque, no âmbito escolar, sala de aula, percebe-se as dificuldades que o mesmo apresenta ao realizar pequenas atividades e situações do cotidiano, a primeira delas e a mais importante é a incapacidade de interagir com o outro.

Assim sendo, o professor muitas vezes se vê refém de currículos que não agregam atividades adequadas e funcionais para os alunos com autismo, que venha favorecer a inclusão escolar e social. Por outro lado, não queremos apresentar argumentos negativos com relação ao que se deve ser considerado como coerente ensinar a um indivíduo autista, mas sim, abordar processos de aprendizagem que viabilizem a atuação coletiva, a dedicação espontânea que move uma série de atributos necessários para educar e o mesmo aos poucos interagir com o processo ensino aprendizagem.

Entretanto, combinar igualdade e diferenças no processo escolar não é viável nesta complexa tentativa de tornar a criança autista integrante de um mundo exterior no qual para ela não importa. Educadores para conhecerem e lidarem com as diferenças sobre como identificar alunos com autismo, constitui-se num desafio por si só. Logo cabe as Políticas Educacionais e Públicas inclusivas determinarem quais seriam os profissionais aptos a fazer e trabalharem a partir de etapas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, para que os alunos consigam conquistar certa autonomia.

Sendo assim, para entendermos o que venha a ser o ensino de inclusão social escolar, se faz necessário uma reflexão a cerca das relações de cunho interpessoal de um laço social entre as pessoas envolvidas no processo.

Ao adentrarmos a questão do autismo na esfera da escola, bem como, da sala de aula, tanto na rede pública quanto na privada, há profissionais da educação que exigem dos pais a apresentação de um laudo médico para que a criança possa ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado, ou frequentar classes com turmas com um número menor de alunos ou mesmo para ter se processo avaliativo diferenciado.

Nesta perspectiva, não é a avaliação pedagógica realizada pelo professor junto ao seu aprendiz que dará a legitimidade para a criação de melhores estratégias para o processo de ensinar e aprender da criança, mas sim o laudo médico fundamentado nos critérios

diagnósticos da síndrome que adentrarão ao espaço escolar e decidirão sobre qual o melhor que será oferecido ao aluno rotulado.

Assim, o aluno diagnosticado com o Transtorno do Espectro do Autismo corra o perigo ou o golpe de passar a ser mais percebido como criança, como um ser único e complexo, o que é próprio do ser humano. Diante disso, sua situação biológica é determinante para o insucesso da sua aprendizagem, e a ocultação de sua identidade pela materialização do quadro de sintomas pode ser vista como uma forma cruel de destacar o que se constitui como anormal pela sociedade, atrasando as possibilidades de aprendizado e o desenvolvimento da criança com autismo junto a outras crianças em espaços não segregados.

Partindo desse pressuposto, o apego à escola, dos professores ao laudo clínico, com ênfase nos fatores biológicos, resulta em justificativas semelhantes a esta situação em que uma professora quando questionada sobre sua prática pedagógica junto aos seus alunos se questiona 'com aquele aluno eu ainda não sei o eu fazer, pois o diagnóstico dele ainda não está fechado'. É notório nesta fala percebermos o quanto a escola está sob a dependência da medicina para se sustentar no diagnóstico e se apropriar de sua responsabilidade pela educação de seu aluno, como se esse instrumento clínico trouxesse inspiração e respostas para o desenvolvimento de metodologias e atividades pedagógicas apropriadas para cada um de seus alunos.

Com isto, toda vez em que os sintomas ou a patologia são sobressaltados em detrimento do sujeito, ou devam ser combatidos como características anormais, o ser humano no caso, a criança no contexto escolar, acaba sendo sombreada, esquecida, marginalizada.

Os comportamentos entendidos como anormais e que utiliza medicamentos para reduzir o que incomoda o outro que se vê socialmente como normal, essa criança provavelmente por meio de sua inquietude ou lentidão a privarão de desenvolver habilidades diversas junto com seus demais colegas. Expor este sintoma provocado pela medicalização fará com que essa criança seja discriminada como indiferente, sendo que, na verdade, esse sintoma é um efeito colateral produzido na maioria das vezes pela medicação.

Consequentemente, os comportamentos constatados como inadequados, a saber, o comportamento agressivo, hiperativo, ansioso, eufórico, dentre vários outros quadros sintomáticos, na verdade também estão presentes na vida do ser humano que os manifesta, dependendo das circunstâncias as quais esteja sujeito. Por outro lado, consideramos que uma criança com autismo pode estar muito inquieta por sentir-se mal por algum motivo. Ou pode estar enraivecida por não estar sendo atendida pelo professor em razão de sua dificuldade em se expressar de maneira que o professor compreenda. Enfim, não é o Transtorno do Espectro

Autista que está presente no espaço escolar e em frente ao professor, mas sim uma criança, um adolescente, um jovem que tem uma história de vida, personalidade, desejos, frustrações, encantos e desencantos, dificuldades e habilidades como qualquer outro, apenas precisa de uma atenção diferente diante das suas limitações e necessidades.

Outro fator que merece destaque é o papel do âmbito escolar em aniquilar as possibilidades de uma prática pedagógica inovadora e não excludente, desprezando a presença do que é singular na aprendizagem de seu aluno com o autismo. A esta atitude podemos nomear também de preconceito, discriminação, estigmatização como formas de excluir esse aluno.

É de suma importância que a comunidade escolar desconstrua seu preconceito, ou seja, reflita diante de suas ideias edificadas na antecipação e na falta de fundamentação, apenas apoiadas nos dizeres do diagnóstico universalista do Transtorno do Espectro Autista. Ao contrário dessa atitude, seria aceitável a comunidade escolar abrir sua mente para conhecer seu aprendiz, seja ela criança, adolescente ou jovem que é acompanhada pelo autismo e suas particularidades, buscando dia a dia conhecer melhor para compreendê-la como um sujeito constituído de fatores biológicos, cultural, histórico, social, além das singularidades trazidas pelo autismo.

Nesta perspectiva, é preciso que a comunidade escolar rejeite a ideia de se expropriar da educação da criança em razão das concepções reducionistas do potencial de aprendizagem da mesma, sustentados em correntes teóricas perpetuadas pela cultura que supervalorizam os aspectos biológicos como fatores determinantes da aprendizagem e desenvolvimento.

A comunidade escolar não pode se desresponsabilizar do processo de aprendizagem do aluno com autismo ou de qualquer aluno, alegando que não está preparada para receber alunos com tais características, bem como, o diagnóstico comprovado de autismo, visto que, o desafio da escola é o de acolher aprendizes com demandas singulares, dentre eles principalmente os que são autistas.

Assim sendo, argumentar que não está preparado para receber o aluno autista é inaceitável. É fato que nunca estamos preparados e por isso devemos sempre buscar alternativas, dentro de uma perspectiva de educação não excludente, para a construção de práticas pedagógicas que tanto no plano individual quanto no plano coletivo favoreçam a aprendizagem significativa e o desenvolvimento do aprendiz, sem desconsiderar suas particularidades.

Entretanto, a comunidade escolar precisa compreender que o aprendiz com autismo necessita conviver com os outros aprendizes sem autismo para que, em suas vivências, a

coletividade possa colaborar pra que ele seja um sujeito ativo de sua aprendizagem e realmente faça parte do grupo e seja envolvido pelas relações sociais genuínas, participando e compartilhando das diversas atividades propostas pelo professor e construídas por todos os aprendizes e sendo respeitado em seus limites e possibilidades.

Enfim, as relações sociais genuínas, bem como a participação e interação são princípios básicos para a evolução da coletividade do aluno autista, de olhos bem abertos à comunidade escolar, principalmente o professor, deve atentar para não inculcar no aluno que o mesmo está predestinado ao fracasso escolar. Pois este pensamento conduz aos profissionais a educação e aos familiares a sobre avaliar e a ter uma concepção reducionista do potencial de aprendizagem desta criança, dessa pessoa que é constituída por suas vivências culturais, sociais, históricas no contexto micro e macrosocial, como sendo um transtorno do autismo algo a mais em sua vida e não o aspecto mais importante que determina seu fracasso.

Diante de todas essas observações anteriormente citadas podemos dizer que inclusão escolar se caracteriza por acolher toda e qualquer pessoa sem distinção de cor, raça, classe social, condições físicas e psicológicas, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com as pessoas diferentes de nós. Mas comumente podemos observar que esse termo de inclusão encaixa na área da educação com aquelas crianças que possuem algumas limitações seja esta, comportamental, física e mental. E por este motivo é crime se recusar ou negar algum tipo de atendimento educacional especializado a crianças e jovens.

O artigo 208 da constituição brasileira é bem claro quando se refere que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, condição que também se faz presente no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A legislação também obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para atender de maneira satisfatória esses alunos que precisam se integrar nas escolas comuns, ou seja, essas crianças não precisam buscar uma educação em escola especializada, pois é direito de elas ter acesso a uma boa educação, com professores qualificados para atender as suas necessidades. Muito embora isso não aconteça, devido a falta de preparo, medo e insegurança por parte desses profissionais em ar maior assistência a essas crianças.

Podemos perceber que os professores quando se referem à inclusão se confundem e acham que é apenas integrar a criança, sem ter nenhum preparo metodológico e ate mesmo

estrutural da escola para dar suporte para que ela se sinta acolhida e possa desenvolver adequadamente e de maneira significativa suas habilidades.

Entendemos dessa forma que a inclusão vai muito mais além, do que apenas “aceitar” uma criança com algum tipo de especialidade, mas sim permitir que ela se sinta acolhida, interaja, se comunique com os outros e assim possa desenvolver seu potencial. E para que se tenha êxito nessa inclusão tanto o professor quanto a escola devem estar preparados para receber essas crianças e jovens que precisam desse olhar mais sensível, a fim de ajudar da melhor forma, dando suporte para a criança e para as famílias tanto no aspecto estrutural do ambiente (adaptações dependendo da situação e do tipo de deficiência) quanto na capacitação de profissionais para promover situações de aprendizado durante as aulas.

Diante de tais observações supracitadas sobre inclusão escolar, verificamos que a realidade do nosso país não favorece para uma inclusão de fato, mas busca-se apenas cumprir na maioria dos casos a lei que obriga aceitar e dar assistência educacional, sem se preocupar em oferecer um ambiente acolhedor e com crianças da mesma faixa etária.

Desse modo, vamos à busca da lei para compreendamos um pouco mais sobre a temática. A lei 12.764/2012 foi sancionada em 27 de dezembro de 2012 pela Presidente Dilma Rousseff, mas a luta para que esta lei fosse aprovada foi de pais e familiares e a recebeu o nome de Berenice Piana (nome de uma mãe que merece destaque, pois lutou e representa todos os pais de crianças autistas). Esta lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e segundo ela, podemos dizer que abrange muito mais do que o termo “autista”, engloba várias síndromes como a de Asperger, Kaner, Heller ou ainda o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação. Sendo assim:

Os incisos I e II do § 1º do artigo 1º, definem que é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada da seguinte forma:

a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais [...] ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e,

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns [...]

“O § 2º deste mesmo Artigo 1º prescreve que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. O que acaba repercutindo na aplicabilidade integral das disposições da lei 13.146/2015. (LEI 12.764/2012 apud AMARAL, 2016).

Embora não seja foco no nosso estudo, a Lei 13.146/2015 cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por isso a necessidade de saber da sua importância e relevância na lei do Espectro do Autismo, pois ambas visam à inclusão, socialização e cidadania.

Nesta perspectiva, deixar o poder público atender a quaisquer das diretrizes da Política Nacional de Proteção os Direitos da Pessoa com o Espectro do Autismo com argumentos não condensados na lei poderão sofrer punições de prejuízo da judicialização.

Gestores escolares, autoridades competentes, segundo a lei não pode de maneira nenhuma recusar realizar a matrícula de um aluno autista, pois este será punido com uma multa equivalente de três a vinte salários mínimos e em caso de reincidência deverá até perder o cargo.

O autismo em hipótese alguma não poderá ser tratado de forma desumana ou degradante, e não será privada de sua liberdade com o âmbito das relações sociais, pelo fato de ser uma criança ou adulto com este tipo de deficiência, pois é direito está presente na lei.

“A lei 12.764/2012, assim, resgata finalmente o sincero comprometimento do Brasil com a promoção dos direitos humanos. Traduzindo-se em valiosíssima e salvífica ferramenta legal de inclusão da pessoa com deficiência, mormente quando impõe ao Poder Público e seus agentes o desenvolvimento de políticas, ações e serviços visando garantir uma vida digna pessoa com transtorno do espectro autista.” (LEI 12.764/2012 apud AMARAL, 2016).

Diante disso, podemos perceber que esta lei vem assegurar os direitos finalmente das crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, mais uma vitória dos pais e familiares que lutam até hoje por uma educação de qualidade e uma vida melhor para seus filhos seja no âmbito escolar ou na sociedade. Sociedade esta que infelizmente ainda tem preconceitos por falta de informação e acaba prejulgando ou distorcendo as informações.

4 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo se caracteriza como descritivo com uma abordagem qualitativa, realizado por meio de uma revisão de literatura com o objetivo de descrever os principais aspectos do autismo e da inclusão escolar.

4.1 COLETA DE DADOS

Para a seleção da literatura que respondessem aos objetivos da presente pesquisa, realizou-se uma busca de artigos científicos que tratassem desse assunto nos últimos 10 anos no Scientific Electronic Library Online (SCIELO Brasil). Foram encontrados e selecionados inicialmente nesse site 7 artigos com base em títulos e resumos, quando relacionados aos objetivos da pesquisa, buscou-se o texto completo. Além de outras fontes de pesquisa para complementar esse trabalho, tais como: livros e artigos científicos no Google Acadêmico.

Os artigos científicos revisados foram publicados entre 2009 e 2016, obtidos por meio de descritores: autismo, inclusão escolar, competência e interação social.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Após a leitura dos artigos correlatos fizemos o levantamento dos referenciais que foram estudados, se fez a seleção e análise dos mesmos, coletando as informações e discussões pertinentes ao tema destacando o posicionamento e os resultados de cada estudo. Na análise e delineamento de toda a amostra estudada para a construção do presente trabalho monográfica, identificou-se que os artigos selecionados se tratavam de revisão crítica de literatura, relatos de pesquisa e estudo de caso.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste momento, iremos apresentar e discutir os artigos sete selecionados. Focalizaremos no objetivo central, cenário e participantes da pesquisa, nos principais resultados coletados e as reflexões finais dos referidos estudos.

5.1 ARTIGO A

5.1.1 Título: Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura

5.1.2 Autor (es) e ano da publicação: Sígria Pimentel Höher Camargo e Cleonice Alves Bosa, 2009.

5.1.3 Objetivo central: Revisar criticamente a literatura a respeito do conceito de competência social e dos estudos atualmente existentes na área de autismo e inclusão escolar.

5.1.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Livros e artigos.

5.1.5. Principais resultados coletados: Ao analisar o estudo na área de inclusão de autista na escola observou limitação metodologia quanto ao tema. Entretanto, a possibilidade de inclusão de crianças deficientes ainda está relacionada àquelas que não implicam uma forte reestruturação e adaptação da escola. Em síntese, crianças com déficits cognitivos como psicóticos e autistas, não são consideradas em suas habilidades educativas. Neste sentido, é necessária uma orientação aos professores, pois a falta de conhecimento sobre o transtorno autista impede de reconhecer as verdadeiras necessidades dos alunos autistas. Nota se que os professores resistem ao trabalho com autistas por temer em lida com a agressividade delas, porém, não é um aspecto característico desta condição.

5.1.6 Reflexões finais: A convivência compartilhada do autista na escola, proporcionar a inclusão no ensino comum, favorecendo contatos sociais e propiciar não apenas o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que elas convivam e aprendam com as diferenças. Sob esta ótica, em que o indivíduo é visto somente pela sua limitação, a crença na sua educabilidade e possibilidades de desenvolvimento está vinculada a impossibilidade de permanência deste indivíduo em ambiente como o ensino comum.

5.2 ARTIGO B

5.2.1 Título: Competência Social e Autismo: O Papel do Contexto da Brincadeira com Pares

5.2.2 Autor (es) e ano da publicação: Cláudia Sanini, Maúcha Sifuentes e Cleonice Alves Bosa, 2013.

5.2.3 Objetivo central: Revisar criticamente a literatura sobre o tema, buscando-se evidências sobre que tipo de contexto de brincadeira tende a promover as interações entre pares, examinando-se as questões metodológicas que cercam esse debate.

5.2.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Livros e artigos.

5.2.5. Principais dados coletados: Ao pesquisar sobre o tema, tem se observado uma escassez na literatura, principalmente, em estudos nacionais, no que concerne a interação social de crianças autistas, em caso de inclusão escolar. Conforme Hartup é de que a competência social, em sua boa parte, é aprendida com os companheiros. As interações em pares proporcionar as vivências necessárias para o desenvolvimento de aptidões sociocognitivas, que são fundamentais para o autoconhecimento e aprendizagem em geral. Partindo desse pressuposto, uma criança que interage com um colega socialmente mais habilidoso terá uma relação de melhor qualidade, no entanto, quando interage com um menos habilidoso, não terá maior competência. No caso de autistas, essa interação social pode ser benéfica com essas experiências. Portanto, a educação inclusiva é viável se ocorrer transformações na política social e no ensino vigente. Alguns estudos apontam que o processo inclusivo seja realizado o mais cedo possível na vida de uma criança, em particular crianças autistas. Um dos principais recursos utilizados para a interação de pares com autismo, e atividades que inclui jogos e/ou brincadeiras na escola.

5.2.6 Reflexões finais: O desenvolvimento da habilidade de uma criança autista para interagir com pares depende das peculiaridades de cada criança, mas especificamente, da oportunidade de poder conviver, o mais cedo possível, em ambientes que possibilite o desenvolvimento dessas interações, como na escola. O estudo em comento demonstrou que os programas de intervenção fundamentados em treinamento dos pares apresentam eficazes temporariamente, já que os efeitos positivos são alcançados apenas durante o programa. Desta forma, há poucas evidências que comprovem que essa interação suscite um processo real de mudança nas crianças com autismo, com habilidades sociais mais duradouras.

5.3 ARTIGO C

5.3.1 Título: As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo

5.3.2 Autor (es) e ano da publicação: Cláudia Miharu Togashi e Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter, 2016.

5.3.3 Objetivo central: Implementar um programa de capacitação oferecido a professores da rede municipal do RJ, atuando no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para introduzir o uso do sistema PECS-Adaptado junto aos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

5.3.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Escola da Rede Municipal do Rio de Janeiro participaram da pesquisa professores e alunos com TEA.

5.3.5. Principais dados coletados: A pesquisa realizou dois estudos. O primeiro estudo foi realizado com uma professora e um aluno com diagnóstico de TEA. Tendo como objetivo geral: verificar a continuidade do uso do sistema PECS - Adaptado por um aluno com TEA tendo a professora do AEE em sala de recursos como a sua principal interlocutora após o término da pesquisa maior e analisar o avanço na evolução das fases do referido programa de CAA. Desde a pesquisa maior até o presente estudo, foram realizadas 23 sessões filmando situações com o uso do PECS - Adaptado em sala de recursos. Do total de sessões, as três primeiras foram de linha de base, onde foi observado como funcionava a rotina dos participantes, a interação entre eles e principalmente a forma de comunicação do aluno, sem interrupção da professora. Da sessão quatro a 16, onde Guilherme inicia o uso do PECS - Adaptado na Fase 1 e avança para a Fase 2. Das sessões 17 a 23 ocorreram as Fases 3a, 3b e 4, durante o Follow-up, podendo ser afirmado que após o término da pesquisa maior, a professora Camila deu continuidade ao uso do sistema PECS-Adaptado, fazendo com que Guilherme avançasse até a Fase 4 do programa. Após três meses do término da investigação maior, a pesquisadora retornou ao local de pesquisa, tendo a presença dos mesmos participantes e constatou que a professora de AEE Camila continuava utilizando com Guilherme o sistema de CAA aprendido durante a sua capacitação, ocorrida na pesquisa maior.

No estudo 2 teve como objetivo geral: analisar as interações comunicativas de um aluno com TEA em ambiente de sala de aula regular, verificando os efeitos da utilização de um sistema de Comunicação Alternativa e Ampliada no contexto escolar. A professora desenvolvia

atividades pedagógicas e trabalhava diretamente com Guilherme. Com a chegada da estagiária, a professora continuou desenvolvendo e preparando algumas atividades, porém diminuiu consideravelmente o contato direto com o aluno, podendo ser verificado a partir da quinta sessão. Infelizmente tal prática de o professor afastar-se na atuação direta com o aluno da educação especial está sendo muito comum nas escolas que estão recebendo os chamados mediadores (ou estagiários) dos alunos com necessidades especiais incluídos na rede regular de ensino.

5.3.6 Reflexões finais: Ao nos depararmos com o processo de inclusão escolar, vale considerar como forma de comparação um jogo de quebra-cabeça. Quando o mesmo está desmontado dentro da embalagem, com as peças soltas e embaralhadas, ficando difícil perceber a falta de uma delas, caso haja, pois são muitas e semelhantes. Assim que o jogo é montado, poderá ser percebida uma falha. Neste sentido, a inclusão escolar deveria ocorrer desta forma, em que cada peça é relevante para o caminho da obra e todas juntas se encaixam, ao final. Assim, as peças seriam promissor processo de inclusão, tendo a comunicação como principal fator fundamental na inclusão de alunos com dificuldades na fala e na interação com seus interlocutores.

5.4 ARTIGO D

5.4.1 Título: A inclusão escolar nas autobiografias de autistas.

5.4.2 Autor (es) e ano da publicação: Marina Bialer, 2015.

5.4.3 Objetivo central: Abordar a inserção escolar no campo do autismo por meio de diversas experiências escolares relatadas nas autobiografias escritas por autistas.

5.4.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Produção autobiográfica de 14 escritores no espectro autístico.

5.4.5. Principais dados coletados: A leitura do material autobiográfico, de autistas e seus pais, demonstra que todos os métodos de abordagem do autismo poderiam se beneficiar com os ensinamentos dessas leituras. Um autista não-falante, Ido critica a forma como os pesquisadores-especialistas ficam cegos ao material clínico para evitar que mudem suas teorias, cujo consiste em um erro científico, pois tudo o que não se encaixava era descartado. Ido como outros autistas não-falantes, permanecia vítima da impermeabilidade do status quo da psicologia e dos males dos efeitos iatrogênicos do poder do especialista. Sob esta ótica, ele critica abordagens do autismo que reduz o autista a uma lista de sintomas, limitando a seus

comportamentos tornando o único foco de interação em detrimento de sua personalidade e pessoa holística. A vivência de não ser compreendido pelos especialistas, responsáveis pela educação-tratamento, é marcante nas autobiografias de autistas, ainda mais exacerbadamente nos autistas em encapsulamento autístico, como também o bullying contra os autistas falantes. Nos textos observa-se claramente a crítica ao poder dos especialistas, pois por identificar o autista como mutismo como incapaz de utilizar a linguagem não se aposta na sua capacidade de aprendizagem. A jovem autista canadense não-falante Carly, em seu livro biográfico, descreve como apesar de ter sua voz escutada nos ambientes midiáticos, no sistema educacional, permanecia sem lugar: manifestando uma inteligência que não a enquadrava na classe de crianças com deficiências intelectuais e apresentando comportamentos bizarros, violentos e fora de controle, que não a deixavam frequentar a classe regular.

5.4.6 Reflexões finais: O promissor educador do autista deve ser um indivíduo que aposte na criança com autismo e que tenha um posicionamento gentilmente insistente, tendo cuidado para não estagnar a aprendizagem por um *overload* de informações, as propondo algo diferente a cada vez, resultando que o autista estimule o desenvolvimento e a flexibilização do pensamento. Em conformidade com as autobiografias os autistas têm imensa vontade de ter um espaço na escola, sendo que os autores-autistas apontam, que veemência que cabe à escola ter permeabilidade para escutar o saber dos autistas e possibilitar ocupar um espaço no laço social estabelecido na escola, dado que ter um lugar-de-aluno é extremamente importante para que o aluno possa sentir ter um lugar no mundo.

5.5 ARTIGO E

5.5.1 Título: Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Um Estudo de Caso Comparativo.

5.5.2 Autor (es) e ano da publicação: Sígria Pimentel Höher Camargo e Cleonice Alves Bosa, 2012.

5.5.3 Objetivo central: Os objetivos deste estudo foram: 1) investigar o perfil de competência social de uma criança pré-escolar com autismo, em situação de inclusão escolar, comparado ao de uma criança com desenvolvimento típico, da mesma idade e sexo, 2) investigar a influência do ambiente escolar (sala de aula ou pátio) no perfil da competência social dessas crianças.

5.5.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Grupo escolar, criança com autismo e criança com desenvolvimento típico.

5.5.5. Principais dados coletados: ao analisar o perfil de competência social da criança com AU x criança com DT, observa-se algumas diferenças, mas também semelhanças entre as duas crianças. Analisando-se as diferenças entre ambas nas dimensões de Sociabilidade/Cooperação e Assertão Social, pode-se perceber que os itens nos quais o perfil de interação da criança com AU se diferenciou da criança com DT no pátio referem-se às dificuldades sociais e de interação características do espectro do autismo, amplamente mencionadas pela literatura. Na metade dos itens das dimensões de Sociabilidade/Cooperação e Assertão Social, a criança com AU apresentou um perfil de interação semelhante à criança com DT. Isso indica que, ao contrário do que muitos mitos em relação ao autismo podem sugerir, as dificuldades características da síndrome não impedem completamente a criança com AU de apresentar comportamentos de sociabilidade e assertão social, tal como uma criança com DT. No que concerne a influência do contexto escolar no perfil de competência social da criança com DT e da criança com AU, os resultados demonstram que se manteve contínuo nos dois espaços boa parte das dimensões da escala. Assim, parece que o contexto não exerce muita influência no comportamento social da criança com DT, tal como ocorre com a criança com AU.

5.5.6 Reflexões finais: A criança com autismo evidenciou competência social ao participar de atividades em grupo, ser solicitada pelos colegas, aceitar sugestões e pedidos dos outros, apresenta-se amigável, afetiva e disposta. Salienta-se que, nos aspectos da competência social no qual ela diferiu da criança com DT, essa diferença é resultante da menor frequência/intensidade dos comportamentos sociais do que da sua ausência per se. No que diz respeito a influência do contexto escolar, a expressão da competência social da criança autista na sala de aula, comparada ao pátio, foi mais difícil do que a com DT. No entanto, há evidências de que isso também tende a ocorrer com as crianças de DT.

5.6 ARTIGO F

5.6.1 Título: Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre Interações sociais no contexto escolar.

5.6.2 Autor (es) e ano da publicação: Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos, Nádia Maria Ribeiro Salomão e Cibele Shirley Agripino-Ramos, 2014.

5.6.3 Objetivo central: Analisar as interações sociais entre as crianças com espectro autista nos contextos de escolas regulares da cidade de João Pessoa-PB, considerando a mediação das professoras.

5.6.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Participaram deste estudo quatro professoras de duas escolas regulares particulares da cidade de João Pessoa-PB, que tinham em suas salas uma criança com diagnóstico de espectro autista, totalizando quatro crianças autistas com idades variando entre três e cinco anos.

5.6.5. Principais dados coletados: No que diz respeito aos comportamentos de observar a criança autista, as professoras, de uma forma geral, estavam sempre dirigiam atenção às crianças dentro da sala individualmente ou dando instrução coletiva. No entanto, as professoras demonstraram pouco comportamento de observar, diziam frases do tipo “como eu não tenho só ele...”, apresentando dificuldades em realizar observações e intervenções diferenciadas pelo simples fato de terem que atender aos demais alunos. A baixa frequência desses comportamentos consiste em um aspecto negativo em termos do processo de inclusão escolar. Nesse contexto, ao analisar crianças com autismo, verificou que seus comportamentos de iniciativa foram dirigidos mais frequentemente às ações do que às pessoas, em segundo lugar, em situação de frequência foram notadas iniciativas dirigidas a objetos. Com exceção desse aspecto, os comportamentos de apontar/mostrar objetos parecem ser mais ajustados às habilidades das crianças autistas, cujo interagem mais usualmente a partir de comportamentos como iniciativa dirigida à ação e iniciativa dirigida a objetos, olhar pessoas e olhar objetos, resposta adequada e interação passiva, por exemplo.

Portanto, os profissionais que foram analisados nesse estudo mostraram maiores frequências de comportamentos de apoio físico. No que concerne a esse comportamento, ressalta-se pela relevância da sua utilização no processo de aprendizagem de crianças com autismo. Conhecer os comportamentos da criança autista, tal como, suas frequências e em que contexto acontecem, é de suma importância para as práticas dos professores no dia-a-dia escolar.

5.6.6 Reflexões finais: É relevante identificar as interações sociais nos contextos escolares, observando a participação das crianças com autismo e considerando a mediação das professoras e das demais crianças. Entender que os comportamentos das crianças com espectro autista podem ser motivados levando em consideração os contextos interativos, a mediação do adulto e, acima de tudo, as características de cada criança é importante no desenvolvimento de estudos nesta área.

5.7 ARTIGO G

5.7.1 Título: Organização do Espaço e do Tempo na Inclusão de Sujeitos com Autismo.

5.7.2 Autor (es) e ano da publicação: Catia Giaconi e Maria Beatriz Rodrigues, 2014.

5.7.3 Objetivo central: Propomos uma reflexão integradora entre especificidades da síndrome do autismo e possíveis linhas de ação para a inclusão escolar.

5.7.4 Cenário e participante (s) da pesquisa: Livros e artigos.

5.7.5. Principais dados coletados: Inserir uma criança com autismo em circunstância de desadaptação é motivo de sofrimento. Em razão de suas características cognitivas, em particular os processos executivos de percepção, compreensão, controle emocional, comunicação, dentre outros, pelo efeito dos seus distúrbios nos processos sequenciais e nas sinestésias, pela fragilidade emocional e relacional que o distingue, o aluno autista necessita de um processo progressivo de inclusão na escola, precedido por ações conscientes e miradas na adaptação. Antes do ano letivo iniciar, pode se ativar momentos de experiência e conhecimento dos ambientes, pessoas e atividades, de uma forma que a escola se apresente como um ambiente que fala por si só, onde estão presentes materiais que falam por si mesmos e atividades que falam por si mesmas. Esses processos de adaptação evita a constante solicitação do professor na aula. Os ambientes e materiais devem mostrar por si mesmos, isto é, ser estruturados de tal forma que favoreça a compreensão da ordem e os significados ou atividades relacionadas aos inúmeros espaços e materiais. Da mesma maneira, o tempo deve ser projetado e representado visualmente para que a criança com autismo possa predizer e compreender o que está acontecendo, o que aconteceu e o que acontecerá.

5.7.6 Reflexões finais: Estes processos têm como objetivo favorecer e chamar a atenção dos professores ou de outros profissionais da escola, para atentar à predisposição de ambientes e tempos escolares, à luz dos problemas de adaptação do caso e de suas necessidades especiais de previsibilidade, de orientação imediata, estabilidade, fácil compreensão da situação e da passagem do tempo.

De acordo com os dados apresentados anteriormente, podemos dizer que a inclusão escolar de crianças com autismo, requer capacitação dos professores para melhor oferecer uma aprendizagem, logo, que a falta de conhecimento sobre o transtorno autista impede de reconhecer as verdadeiras necessidades dos alunos autistas.

Um dos fatores mais relevantes para a inclusão de alunos com problemas de interação social é a comunicação. A dificuldade de comunicação é um dos grandes problemas de inserir crianças com TEA no ensino regular. Assim, é relevante o incentivo à comunicação para o desenvolvimento social e cognitivo de crianças com TEA que apresentem disfunções na fala.

Os estudos apresentados mostraram que quanto mais cedo a inclusão escolar das crianças autistas, melhor a sua adaptação. O que chamou a atenção é que as atividades como jogos ou brincadeiras dentro da escola com outros companheiros estimular o desenvolvimento e a flexibilização social.

Nesta perspectiva, é viável sim a inclusão escolar de crianças autista, desde que os professores e os profissionais da escola tenham conhecimento sobre o transtorno, assegurando os recursos necessários e a clareza diante do papel da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos, leitura e pesquisas sobre a criança autista bem como sua inclusão no processo social e escolar podemos compreender que a criança com autismo tem possibilidade de ser incluído na educação com ensino regular o que favorece seu desenvolvimento e suas capacidades no contexto da interação social, visto que a mesma sociedade em que vivemos o autista também vive.

Sendo assim, o contexto escolar oferece conhecimentos e valores que compõem a identidade cultural dos futuros cidadãos. Com isto, se a escola prepara para a vida em sociedade, fornecendo conhecimentos de acordo com o contexto e se a sociedade é composta por multiplicidade de indivíduos que apresentam necessidades diferenciadas, não há porque separar um dos outros.

Acreditamos, que os desafios entre todos os indivíduos neste processo social não é tarefa fácil, visto que, é necessário um fortalecimento de formação do professor, pois o mesmo tem por função transformar o seu aluno autista em um protagonista do seu mundo e do todo social. Enfim, o processo de inclusão do autista na família, sociedade e escola é um grande caminho a ser percorrido, e uma escola que inclua a todos, com as diferenças próprias de cada um, é a melhor maneira de tornar a sociedade humana mais justa e igualitária em prol de um mundo que agrega as diferenças todas nas esferas sócias.

REFERÊNCIAS

BIALER, Marina. School inclusion in autistic autobiographies. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 485-492, 2015.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Social competence, school inclusion and autism: critical literature review. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Social competence, school inclusion and autism: a comparative case study. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 315-324, 2012.

GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz. Organization of time and space for the inclusion of subjects with autism. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 3, p. 687-705, 2014.

LEMO, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírely. Inclusion of children with autism: a study of social interactions within the school context. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 7 ed. Colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. 6 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

SANINI, Cláudia; SIFUENTES, Maúcha; BOSA, Cleonice Alves. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 99-105, 2013.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Fontanar: 2012,

TOGASHI, Cláudia Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. Contributions of Alternative Communication in the Process of School Inclusion of a Student with Autism Spectrum Disorder. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 351-366, 2016.

LINKS

<http://entendendoautismo.com.br/artigo/quais-os-principais-sintomas-do-autismo-leve/>

<https://minutosaudavel.com.br/o-que-e-autismo-sintomas-tipos-infantil-leve-e-mais/>

ANEXOS

ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO DO TEA

ESPECTRO AUTISMO

Antiga Classificação (DSM-IV)	Atual Classificação (DSM-V)
<ul style="list-style-type: none">- Autismo (clássico)- Asperger,- (PDD-NOS)- Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação	<p>TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):</p> <ul style="list-style-type: none">- Autismo Grave- Autismo Moderado- Autismo Leve

facebook.com/sindromedeaspergerautismobrasil